

POSSEIROS E GRILEIROS NA FRENTE DE EXPANSÃO DA COLONIZAÇÃO DE DRACENA - SP

SQUATTERS AND LAND GRABBERS IN THE FRONT OF THE COLONIZATION EXPANSION OF DRACENA - SP

Carlos Vítório Martins Joviano

Mestre em Geografia pela UFGD e
Docente nos cursos de Pedagogia e Ciências Biológicas da UNIFADRA.
carlosjoviano@hotmail.com

Resumo

Para refletir sobre uma sociedade e o território por ela produzido cumpre investigar a formação do território a partir das relações sociais, decorrente do modo de produção. Dentro desse contexto tornou-se essencial entender o processo de produção e ocupação do território do município de Dracena, tendo como ponto de partida a análise do avanço das frentes de expansão representada por posseiros e proprietários, que avançaram em direção a oeste, praticando a agricultura de subsistência e posteriormente, pelas Companhias Colonizadoras e compradores de terras vindos das áreas antigas de plantação de café da “Zona Velha”, de Minas Gerais e das regiões vizinhas como Araçatuba, Marília, Presidente Prudente, Tupã, além das vilas menores dos lados norte e sul, todos servidos respectivamente pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e Estrada de Ferro Sorocabana, que abriram espaço para a ocupação baseado numa ação conjunta formada por três aspectos violentos: a grilagem de terras devolutas com a falsificação de documentos em cartórios e sua posterior comercialização; o aniquilamento das populações indígenas que habitavam a região antes da chegada dos compradores de terras marcada por conflitos violentos entre a frente de expansão inicial e os grandes proprietários de terras (lícitas ou ilícitas) organizados em Companhias Colonizadoras impulsionadas pela grande quantidade de terras férteis que havia no espigão entre o rio do Peixe e o Aguapeí no oeste da Nova Alta Paulista para comercialização e plantação da cultura de café entremeada com produtos de subsistência.

Palavras-chave: Ocupação. Frentes de expansão. Grilagem. Violência. Companhias colonizadoras.

Abstract

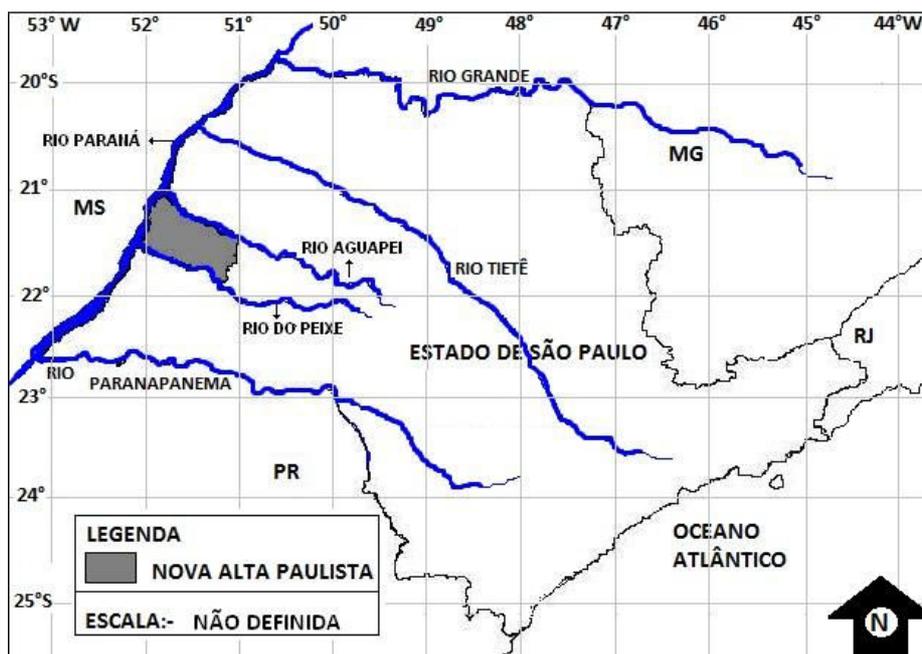
To reflect about a society and the territory produced by it, the formation of the territory must be investigated from the social relations, resulting from the mode of production. Within this context, understanding the process of production and occupation of the territory in the city of Dracena became essential, having as a starting point the analysis of the progress of the expansion fronts represented by squatters and owners that moved forward the west, practicing the subsistence agriculture and later by Colonizing Companies and land buyers coming from old areas of coffee plantation known as “Old Zone” of Minas Gerais and neighboring regions such as Araçatuba, Marília, Presidente

Prudente, Tupã besides the northern and southern smaller villages, all served respectively by the Northwest of Brazil and Sorocabana railroads, which gave opportunities for the occupation based on a joint action composed by three violent aspects: The illegal occupation of vacant land with forged documents in registries and its posterior marketing (land grabbing); the annihilation of indigenous peoples that inhabited the region before the arrival of the land buyers marked by violent conflicts between the front of the initial expansion and the great landowners (legal or illegal) organized in Colonizing Companies driven by the great amount of fertile land that existed in the ridge between the “Peixe” and “Aguapei” rivers in the Westside of “New Alta Paulista” for marketing and plantation of coffee laced with subsistence products.

Keywords: Occupation. Expansion fronts. Land grabbing. Violence. Colonizing companies.

Introdução

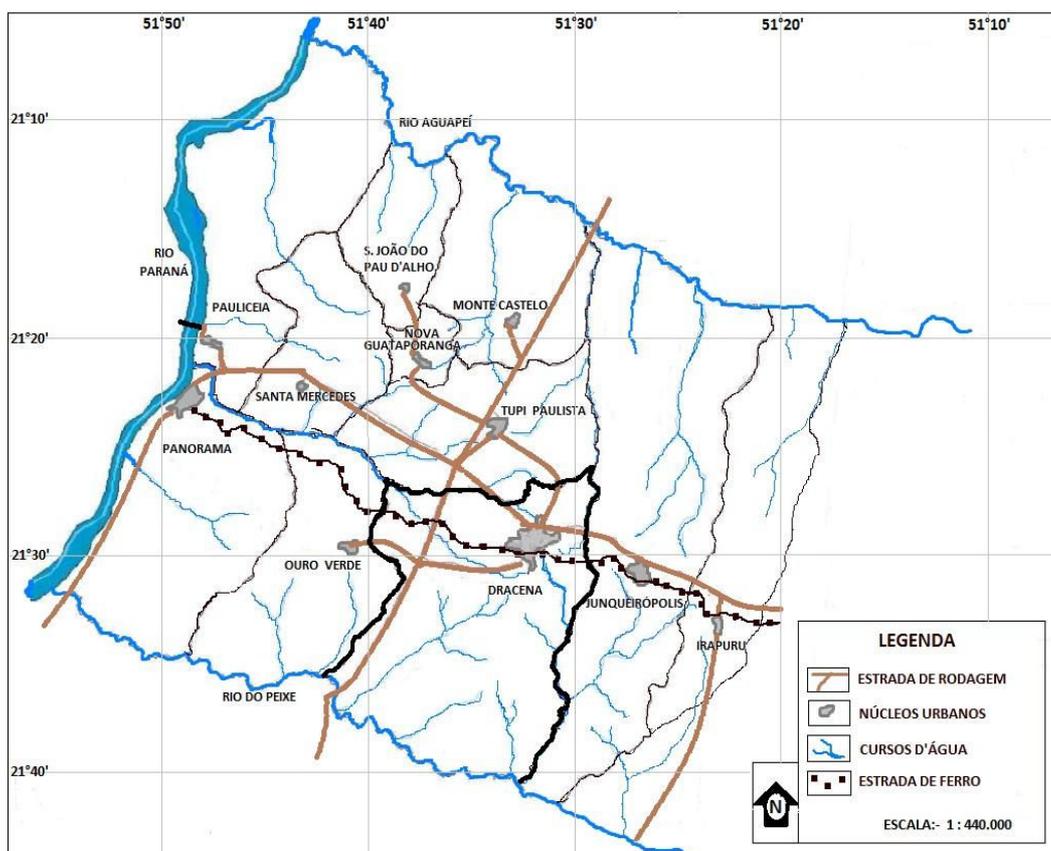
O município de Dracena está localizado na região da Nova Alta Paulista¹, área circunscrita na porção extremo ocidental de uma região ferroviária denominada Alta Paulista², por onde passava o traçado do tronco oeste da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (atual Ferrobán). Por localizar-se nesta faixa estreita de terras, sua paisagem é representada por um estreito espigão de relevo planáltico com pequenas ondulações e altitude média em torno de 420 metros, características próprias dos planaltos e chapadas da borda leste da bacia do rio Paraná (Planalto Ocidental Paulista), coberto por solos erodidos do tipo latossolo fase arenosa e podzolizado de média fertilidade. No que se refere ao clima, verifica-se durante o ano duas estações bem definidas: uma estação mais quente e úmida, com chuvas mais abundantes e frequentes no verão e outra estação seca, com tempo estável no inverno, classificado segundo Monteiro (1973) como climas tropicais alternadamente secos e úmidos de pluviosidade que oscila entre 1400 mm e 1600 mm, o que propicia a formação de uma cobertura florestal tropical pluvial, com aspecto de mata fechada, hoje praticamente extinta devido o desmatamento, com pequenas faixas remanescentes nas proximidades dos córregos.



Mapa 1 – Região da Nova Alta Paulista no Estado de São Paulo

FONTE: Sec. Mun. de Assuntos Viários de Dracena – 2009 – Org. e adap: Joviano, C. V. M.

Pertencente 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, faz limites ao norte com Tupi Paulista; ao sul com Presidente Venceslau, Santo Anastácio e Piquerobi; a leste com Junqueirópolis e a Oeste com Ouro Verde. É a cidade mais importante da Microrregião de Dracena (Mapa 2), composta por 11 municípios³.



Mapa 2 – Microrregião de Dracena

Fonte: Base de Georreferenciamento da Fehidro – 2009

Organização e adaptação: JOVIANO, C.V.M.

Posseiros e grileiros na frente de expansão

Para refletir sobre uma sociedade e o território por ela produzido cumpre investigar a formação do território a partir da relação dinâmica local com o conjunto social, decorrente do modo de produção. Dentro desse contexto tornou-se essencial entender o processo de produção do território do município de Dracena, a partir do estudo e da análise do avanço das frentes de expansão, pensando este espaço como uma totalidade e numa perspectiva que engloba o conflito e a dominação política e econômica em áreas de fronteira. Por isso, neste item da pesquisa apontaremos algumas questões que consideramos imprescindíveis para a compreensão das condições atuais de ocupação e colonização do município de Dracena, no Estado de São Paulo, tendo como referência para a análise do processo de ocupação o conceito de frente de expansão, que se difere da frente pioneira, conceito utilizado por geógrafos após meados do século XX.

Para Martins (1996), o termo frente expansão:

(...) tornou-se de uso corrente, até mesmo entre Antropólogos, sociólogos e historiadores que não estavam trabalhando propriamente com situações de fronteira da civilização. Ela expressa a concepção de ocupação de espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor (MARTINS, 1996, p. 28).

Em Martins (1996, p. 28), essas diferentes concepções “são modos de ver a fronteira”, já que as duas concepções têm observações importantes, pois tanto a concepção geográfica do pioneiro empreendedor como a concepção antropológica mais preocupada com o impacto da expansão não índia sobre as populações indígenas têm seus lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada.

Martins (1975) crítica o conceito de frente pioneira ao afirmar que nela não aconteceria uma estruturação sócio-espacial nova, alicerçada em relações particulares que articulariam a vida social nesse lugar. Essas relações não seriam pioneiras, pois “o novo, que é uma das dimensões do conceito de frente pioneira, é novo apenas na ocupação do espaço geográfico e não na estrutura social”, pois antes do pioneiro empreendedor chegar na fronteira, está já era ocupada por indígenas e por posseiros (MARTINS, 1975, p. 45). Este fato pode ser ressaltado no município de Dracena, durante a sua colonização quando os novos habitantes iam derrubando o mato e plantando café, tendo como limite a floresta fechada ao fundo.

Portanto a incorporação de novas áreas ao processo produtivo é o que há em comum entre as duas frentes (de expansão e pioneira), como podemos observar na caracterização de frente pioneira, ou seja, uma estrutura,

(...) que se instaura como empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção do comércio. Passa-se, assim, da produção do excedente para a produção de mercadoria. A frente pioneira surge não como consequência ‘rebarbativa’ da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta. O ponto chave da implementação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada (MARTINS, 1975, p. 47).

Segundo esta análise se conclui que a frente pioneira enfoca a ocupação e implantação da propriedade privada, efetivamente capitalista, pois conforme a frente pioneira se consolida, as atividades do lugar são reorganizadas, a partir, sobretudo do mercado imobiliário de terras, portanto a partir das relações de mercado. Na frente de

expansão, no entendimento de Martins (1975) enfoca-se o uso e ocupação do solo por meio das relações não efetivamente mercantis, sendo realizada basicamente por posseiros e ocupantes⁴, que efetuam o uso privado das terras devolutas, sem deter o título de propriedade, onde produzem para a própria subsistência e as condições de vida são adequadas pelo nível de fartura e não pelo grau de riqueza. Assim para o autor:

É essa faixa com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais que se pode conceituar como frente de expansão (...). Todavia as suas relações sociais fundamentais não são determinadas pela produção de mercadorias, pois, a apropriação das condições de trabalho, isto é, a terra, não se faz como empreendimento econômico. (...) é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro. O caráter de excedente do produto da frente de expansão se combina com essa forma peculiar da terra em decorrência da satelitização das relações de troca (...). O excedente é, assim, o artigo que adquire valor de troca porque há condições econômicas para sua comercialização e não porque tenha entrado nas relações de troca como resultado da divisão do trabalho (MARTINS, 1975, p. 46).

Desse modo, a diferença entre a frente pioneira e a frente de expansão está na prática econômica, já que a frente de expansão é caracterizada pela economia do excedente, onde os participantes dedicam-se à própria subsistência e em segundo plano a troca do excedente por produtos que estão na pauta das necessidades, enquanto a frente pioneira é evidenciada por relações de produção capitalistas, pela instalação de empreendimentos econômicos e representa uma das expressões da reprodução ampliada do capital com sua reprodução extensiva e territorial, fundamentada na conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada. Como tal, apresenta-se organizada e integrada na economia de mercado. Assim passa-se da economia de subsistência, da produção de excedentes, para a produção de mercado.

Neste contexto conceitual, conclui-se que não é uma regra geral que as frentes tenham que ocorrer isoladas, podendo perfeitamente ocorrer juntas, pois o fato de um espaço ter iniciado sua ocupação por uma frente de expansão não elimina a chance de também ocorrer a frente pioneira, ou ainda, que as duas ocorram simultaneamente ou até mesmo que ocorra somente uma modalidade de ocupação.

A compreensão do processo de ocupação do município de Dracena foi realizada pelas duas ações, tendo uma frente de expansão inicial representada por posseiros, que avançaram em direção a oeste, se apossaram de terras para a agricultura de subsistência, e posteriormente, as Companhias Colonizadoras e compradores de terras vindos das

áreas antigas de plantação de café, de Minas Gerais e das regiões vizinhas como Araçatuba, Marília, Presidente Prudente, Tupã, além das vilas menores, porém mais próximas como Valparaíso e Andradina do lado norte e Presidente Epitácio e Santo Anastácio do lado sul. Estas vilas menores, apesar de estarem praticamente na mesma distância em relação à capital e os centros maiores, desde a década de 1920 eram núcleos urbanos servidos pela Estrada de Ferro Sorocabana e Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em pleno funcionamento em função do desenvolvimento da cafeicultura, enquanto na Nova Alta Paulista, os trilhos da estrada de ferro chegaram depois que o povoamento tinha se efetivado.

O processo de ocupação no município de Dracena foi marcado por conflitos violentos entre a frente de expansão inicial e as populações indígenas⁵, e posteriormente, entre os ocupantes da frente de expansão e os grandes proprietários de terras (lícitas ou ilícitas) organizados em Companhias Colonizadoras que integravam a frente pioneira, impulsionados pela grande quantidade de terras férteis que havia no espigão entre o rio do Peixe e o Aguapeí no oeste da Nova Alta Paulista para comercialização e expansão dos cafezais.

Neste processo de ocupação, evidencia-se que a colonização da Nova Alta Paulista, e, em consequência o município de Dracena, apesar de ter sido de economia predominantemente cafeicultora, esquivou-se em partes das regras impostas pelo processo histórico de ocupação realizado pelo café, que no Estado de São Paulo teve um avanço contínuo no sentido leste – oeste, saindo do Vale do Paraíba chegando até as barrancas do rio Paraná. Todavia, no caso do extremo oeste da Nova Alta Paulista, a colonização além do avanço no sentido leste - oeste, também se deu no sentido norte-sul, através de estradas que atravessavam o espigão entre o rio do Peixe e rio Aguapeí, fazendo a interligação entre algumas cidades cortadas pelas E. F. Sorocabana e a E. F. Noroeste do Brasil.

No início da década de 1920 chegam as primeiras frentes na Nova Alta Paulista, atraídas pela disputa entre as duas companhias ferroviárias na construção de rodovias que levaria ao “desbravamento” das terras do espigão Peixe-Aguapeí. Neste contexto, foram abertas algumas estradas com sentido norte – sul, ligando a região ao norte do rio Aguapeí com a região ao sul do rio do Peixe, atravessando os dois rios em vários pontos.

Monbeig (1984) abordou a existência de passagens abertas em matagais do sul e norte do espigão Peixe-Aguapeí, tendo em vista, a passagem de conquistadores e a saída

de produtos. No entanto, após a década de 1940, devido à expansão da linha férrea em direção ao oeste da Alta Paulista, essas passagens perdem importância.

A forma como se apresenta na maioria das vezes, a história da colonização das terras do extremo oeste paulista pode nos apresentar a falsa impressão de que a terra era acessível a todos⁶. Porém, não era. As empresas de colonização, ao atingir a frente de expansão, já encontravam uma estrutura de domínio “estabelecido”. Neste caso, é de bom grado abandonar a agradável e atraente imagem do “pioneiro”, que fundava a sua propriedade na mata virgem, pois esta operação de posse era conflituosa, já que o grileiro e o posseiro eram precursores a estas empresas.

Foram vários os pontos de travessia do espigão destes precursores da região da E. F. Sorocabana para a E. F. Noroeste, denominados “caminhos verticais⁷”, porém para a região de Dracena, segundo Perli (2006), destacava-se:

(...) uma estrada ligando os povoados de Andradina, Presidente Venceslau e Santo Anastácio, que se ramificava atingindo várias glebas no espigão Peixe-Aguapeí, uma rota fluvial pelo grande rio auxiliou na colonização de terras e na implantação da pecuária na antiga região das Marrecas, nome em referência ao ribeirão afluente do Paraná. (PERLI, 2006, p. 42)

Para Perli (2006), este caminho vertical atravessava glebas extremamente amplas, “compradas e adquiridas por famílias tradicionais” (Id. Ibidem, p. 42). O mais expressivo destes latifúndios era a fazenda Boa Esperança do Aguapehy, considerada o marco para as primeiras investidas para a ocupação do espigão entre o rio do Peixe e o Aguapeí, de posse de Alcino Ribeiro da Costa. Abrangia grande extensão na região Noroeste e entrava no espigão, incluindo a aguada do córrego das Marrecas⁸. Contudo, após meados da década de 1920, a vinda de colonizadores para a região realizou-se através de um caminho que se diferenciava dos demais caminhos verticais. Tratava-se da via fluvial do rio Paraná, usada por pessoas influentes que vinham para conhecer seus domínios nas proximidades do vale do córrego das Marrecas no rio Paraná. Sobre este novo trajeto, Perli (2006) reitera que:

(...) com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana em Porto Epitácio no ano de 1924, ficou mais fácil para os colonizadores chegarem até a vila e subirem o grande rio em embarcações cada vez mais sofisticadas. Ao desembarcarem nas proximidades da barra do ribeirão das Marrecas, infiltravam-se nas matas em lombos de burros e tropeiros fixados na região (PERLI, 2006, p. 42).

Outros “empreendedores”⁹ pleitearam e colonizaram terras imediatas ao ribeirão das Marrecas, onde os trabalhos iniciais de colonos destas terras foram feitos por administradores contratados pelos detentores de posses, existindo uma relação de parceria hierarquizada, descrita assim por Perli (1999):

Num primeiro plano, situavam-se os donos de glebas que raras vezes aportaram por estes lugares. Em segundo, estavam os administradores das empreitadas que possuíam vínculos de compadres com os donos, mantidos por uma relação de confiança. Em terceiro, enquadravam-se aqueles que, mantendo relações com o administrador, propunham realizar o desmatamento em troca do uso do solo por algum tempo para plantarem milho e outras culturas de subsistência ou ganhando extensões em decorrência do árduo trabalho de abertura de grandes clareiras para a introdução do gado. Em quarto, situavam-se trabalhadores que recebiam pelos serviços gerais de desmatamento ou de segurança da posse de terras (PERLI, 1999, p. 27).

A estrada que unia Santo Anastácio a Andradina foi caracterizada por Perli (2006), como sendo o caminho para a entrada da primeira frente de expansão nas proximidades de Dracena. Porém, os rumores de que a Companhia Paulista de Estrada de Ferro atingiria o rio Paraná passando pelo espigão da Nova Alta Paulista, permitiu novos avanços de fazendeiros e aventureiros na aquisição de glebas de terras, criando um imenso imaginário especulativo sobre o local onde passaria os trilhos da ferrovia, o que poderia representar o progresso ou a frustração de seu empreendimento.

Com isso, a disputa por pedaços de chão teve como consequência o contato dos proprietários de imobiliárias com a frente de expansão, sendo que o primeiro era representado pelos negociantes de terras e o segundo pelo ocupante, caracterizado pela forma de ocupação da terra através da posse e identificada na pessoa do posseiro, que não tinha o documento da propriedade ou não dava importância ao seu valor jurídico.

Neste local de contato, a posse da terra foi marcada por práticas como corrupção de cartorários, demarcações, tocaia a posseiros, remuneração “extra” a topógrafos e jagunços.

Lobato (1948), assim define a prática da grilagem:

(...) o grileiro é um “alquimista”. Envelhece papéis, ressuscita selos do Império, inventa guias de impostos, promove genealogias, dá como sabendo escrever velhos urumbegas que morreram analfabetos, embaça juizes, suborna escrivães e, novo Jeová, tira a terra do nada (...). Envelhecer um título falso, ‘enverdadeirá-lo’, é toda uma ciência. Mas conseguem-no. Dão-lhe a cor, o tom, o cheiro da velhice, fazem-nos muito mais autêntico do que os reais. (LOBATO, 1948, p. 11).

Os documentos forjados representavam a base dos conflitos de terra nas frentes de expansão e somente detentores de capital poderiam tomar parte desses negócios ilegítimos, daí concluir que, ex-escravos, imigrantes e os próprios posseiros, que já tomavam as terras bem antes da vinda do “pioneiro” não tinha acesso a esse tipo de negócio por falta de dinheiro ou por ignorância em relação à lei. Como exemplo, podemos citar a demanda apontada em nota de rodapé na pesquisa de Leite (1998), obtida junto ao jornal O Imparcial, de Presidente Prudente, de 27 de julho de 1944, de autoria da Companhia Pastoril Agrícola Paulista:

(...) alegava que, tendo medido a área a pedido dos proprietários, em 22 de abril de 1923, recebera como pagamento uma área de 41.334 alqueires os quais compunham todas as terras que vertem para o ribeirão dos Bugres, da Ilha, do Fogo, Santa Maria e Emboscada, todos à margem direita do rio do Peixe. Como a Companhia deixasse de ocupar efetivamente as ditas terras, essas achavam-se invadidas por intrusos, motivos pelo qual requeria na justiça sua expulsão. (LEITE, 1998, p. 53)

Por isso Martins (1981) pede atenção para o fato de que foi exatamente nos locais mantidos à margem da economia colonial, onde o processo de ocupação foi bastante irregular, que o advento da terra-mercadoria¹⁰ foi marcado por convulsões sociais. Demarcar terras devolutas, desenvolver programas de colonização, grilar terras, etc., significava expulsar posseiros, bem como desrespeitar o direito costumeiro dessas populações.

Apesar do “obstáculo” gerado pela Lei de Terras estabelecida no Brasil em 1850, a biografia da ocupação da Nova Alta Paulista e em especial as terras onde está o atual município de Dracena, a partir da década de 30 do século XX, é conduzida por uma busca incessante por novas terras, elevando seus preços devido à demanda, criando quadrilhas organizadas para grilagem¹¹, demandando uma corrida no sentido de legalização de documentos ilegais em cartórios venais que atestavam que as terras griladas eram herdadas, ficando, com essa providência, legalizadas.

Para assegurar a grilagem, o grileiro usava dos serviços dos “bugreiros¹²”, que se caracterizava pela ação truculenta contra os índios Kaingang e na “ponta” da frente de expansão estava a figura do posseiro, que se adiantava e estabelecia-se no limite da fronteira pelo único mecanismo de ocupação da terra. Sem título de propriedade, cultivava pequenas lavouras e criava gado e porcos. Era a única, porém precária

estrutura instalada, usada por viajantes e até grileiros que por sua região agiam. Todavia, a atuação dos posseiros provocou uma série de conflitos e imprecisões no que diz respeito à legitimação da propriedade privada na Nova Alta Paulista.

Este processo teve sua gênese caracterizada por uma cadeia de operações ilegais, ocupações de terras e falsificação de títulos de propriedade, envolvendo grandes proprietários de terras de nomes conhecidos na região, até pequenos camponeses posseiros. Embora não seja o mérito da pesquisa é salutar citar que este processo de grilagem nos vales dos rios do Peixe, Aguapeí e Paranapanema teve início no século XIX com as grilagens das terras que formaram as fazendas Boa Esperança do Aguapehy (Rio do Peixe) e Pirapó-Santo Anastácio¹³.

O avanço da especulação das colonizadoras e imobiliárias desencadeou inúmeros conflitos violentos que marcaram profundamente a história da ocupação e posse da terra no município de Dracena e municípios vizinhos, na qual os atores que fazem parte desse drama são, na maioria das vezes, grandes latifundiários, chefes políticos locais e grileiros organizados por trás de imobiliárias e repartições cartorárias nefastas e, do outro lado estão os camponeses que compraram pequenos lotes de terras e posseiros que habitavam a região a algum tempo de outro, que, na ânsia de ter um pedaço de terra arriscava a sorte ou ignorava a lei, tornando a área palco de violentos conflitos nas décadas de 1930/40/50.

O combate se fazia através da luta pela permanência na terra e por apelos e denúncias às autoridades por parte dos posseiros e camponeses a prefeitos, delegados e juízes, sendo que em diversas situações verificaram-se até mesmo ações armadas, como formas de autodefesa contra os abusos dos grileiros.

Eram poucos, os casos de posseiros das frentes de expansão, que conseguiam algum sucesso na permanência na terra, pois as forças de resistência eram praticamente individualizadas, não se constituindo em frentes organizadas, além do que a população rural residente na área até então eram grupos sociais com pequeníssima articulação social e política, com acesso muito limitado aos organismos jurídico-legais e de precária formação educacional, o que ajudava ainda mais para tornarem-se presas fáceis do método de falsificação de documentos que era a base dos conflitos que resultava na saída forçada de boa parte destes camponeses das terras que ocupavam na região.

Como exemplo de expulsão de camponeses que compraram pequenos lotes de terras, podemos citar o caso do povoado da União¹⁴ que ocupava uma área entre os atuais municípios de Dracena e Junqueirópolis. Segundo Perli (2006, p. 48), “pequenos proprietários rurais tentaram formar, em meio a problemas de grilagem, o povoado da União” em terras compradas de Tancredo Ayelo, num acordo de venda de pequenos lotes a camponeses, na maioria migrante nordestino e descendente de imigrante japonês.

Porém, quando estas terras, já estava em fase de ocupação, José Maria Figueiredo, colocou-se como dono da gleba e contestou a venda dos lotes aos camponeses, ficando evidente o problema de grilagem, já que tanto Tancredo Ayelo como José Maria Figueiredo, punha-se como titulares das terras, que já estava em fase de ocupação pelos camponeses. Todavia, enquanto os dois latifundiários entravam em disputa judicial, um terceiro latifundiário, Victor Camargo Bodini também reivindicou parte das terras, e, na divisão das terras entre eles, os camponeses que haviam pagado por estas terras, foram os únicos que não tiveram acesso a ela, pois foram expulsos de suas posses na segunda metade da década de 1940, como relata em entrevista o filho de imigrante japonês Kinji Tamura:

Papai comprou 20 alqueires de terra de um corretor de terras de Bastos em 1945, que disse que quando a gente acabasse de pagar as terras o dono da terra dava a escritura de tudo, mas ele (o corretor) não pagou o dono da terra. Teve gente que já tinha feito a casa, derrubado o mato e plantado café, quando apareceram os capangas do Zé Maria (José Maria Figueiredo) e do Bodini (Victor Camargo Bodini) dizendo que era para sair que a terra não era da gente, (...) muitos (camponeses) disseram que não ia entregar as terras, aí eles (jagunços) faziam tocaias. Muitas pessoas morreram ali. Papai tentou negociar, mas eles não quiseram conversa e tivemos que sair para não morrer, (KINJI TAMURA, 74 anos, entrevista em 11/06/2009).

Segundo Cobra (1923), o chefe político que se sobressaiu na região tem como predicado principal o amedrontamento imposto ao adversário, principalmente quando usa de todos os modos violentos para perseguir “mandando dar pancadas” e até mesmo eliminando aqueles mais arredios. Este chefe político “mantém em torno de si uma turma de capangas (...) que executam o trabalho” (COBRA, 1923, p. 150). Como se observa na entrevista feita com o ex-jagunço de uma fazenda em Dracena, quando perguntado sobre os serviços que ele fazia na fazenda:

Que era serviço fácil a gente sabia que não era, porque se fosse fácil não era preciso andar armado, mas eu era moço novo e precisava de trabalho aí topava qualquer coisa na vida. [...] O Doutor deu uma espingarda, uma garrucha e um cavalo prá cada um e disse que era pra gente se defender. No começo eu fiquei com medo, mais devagarzinho a gente foi se acostumando. [...] Nós tomávamos conta de empreita de derrubada, vigiava a cerca da fazenda e fazia visita para os vizinhos pequenos prá amedrontá-los. Alguns eram bons e a gente tinha até amizade, mais tinha uns que dava de macho aí o patrão falava que era prá ir visitá-los sempre prá eles não esquece que o Dr. é que manda e não tinha medo deles. [...] Moço, às vezes a gente fazia (perguntado se fazia serviço violento). Era contra a vontade, porque tinha umas famílias que eram lutadores, tinham derrubado o mato e feito uma rocinha para comer, às vezes era conterrâneo meu, mas o patrão mandava e a gente fazia. Mais foram poucas vezes, porque a gente ia lá antes armado e falava que era prá ele saí das terras enquanto estava vivo, botava medo no homem e ele ia embora com medo de morrer (“Baiano”. Entrevista realizada em 02/ 2008)¹⁵.

A violência adotada por capangas e jagunços a mando de fazendeiros, muitas vezes não atingia somente o físico do indivíduo, tido como alvo adversário, mas também o psicológico, como se conclui nas atrocidades cometidas por “Baiano Velho”¹⁶ relatadas em entrevista, quando foi interrogado sobre sua lembrança de algum caso que ficou marcado na memória, onde foi preciso usar de violência. Num misto de vergonha e arrependimento, o ex-jagunço fez um longo silêncio e descreveu:

Teve um senhor que derrubou um pedaço de mato, fez uma tapera (casa) e fez um roçado na vizinhança da fazenda, plantou arroz, abóbora, milho, e café, quando ia começa colher, o patrão mandou nós irmos lá e falar pra ele sair das terras, nós fizemos duas visitas pra amedrontar, na segunda nós demos 24 horas pra ele sair, mais o homem foi teimoso. No outro dia nós fomos lá e demos uma surra de vara nele na frente da mulher e dos filhos pequenos, colocamos fogo na tapera e o meu parceiro arriou a carroça e ficamos esperando ele sair. Ele foi embora e nunca mais apareceu. O patrão esperou uns meses e depois mandou passar a cerca nas terras do homem. (“Baiano”. Entrevista realizada em 02/ 2008)

Os casos de violência e perseguição infiltravam nas consciências fazendo com que o mando, o temor, o receio, a obediência e a sujeição tornassem elementos de um mesmo contexto histórico, onde “... a vida se ia num abrir e fechar de olhos” (COBRA, 1923, p.175).

Em alguns casos, a ganância e a disputa pela posse de terras geravam atos de violência que tomavam proporções dantescas e inimagináveis, como a tocaia, relatada em entrevista, pelo agricultor Mauro Antonini, acontecida em 1950, na região entre Dracena e Ouro Verde. Esse conflito relacionava-se aos avanços das cercas da suposta propriedade da família Vilela para dentro das terras dos vizinhos, que às vezes resultava na tomada total das propriedades adjacentes:

Meu pai falava de um senhor que veio de Jaboticabal e comprou uma propriedade de 80 alqueires de mata fechada vizinha da fazenda dos Vilela. Esse sujeito acertou todos os papeis, abriu um pedaço de mato na beira das estradas e construiu uma casinha, semanas depois voltou para Jaboticabal para buscar a mudança com a esposa, o filho e dois empregados. Ao chegar a tal propriedade com a família para tomar posse foi surpreendido pelos capangas dos Vilela que assassinaram toda a família e para não levantar suspeita enterraram a mudança com todos os pertences em uma vala nas proximidades da tocaia. (MAURO ANTONINI, entrevista realizada em 02/03/2008)¹⁷.

O entrevistado Mauro Antonini, até hoje, demonstra em sua fala, o medo que seus familiares tinham de perder suas terras para grileiros, principalmente quando se refere a estes (grileiros) como “gente poderosa”, “de coragem” “sem medo da morte”, dando a impressão que era figura de consideração e respeito dentro do imaginário social da época.

Contudo, temos que ressaltar que, a classe camponesa, que havia ocupado terras em Dracena, via na terra a sua sobrevivência e também a sua autonomia em relação a um patrão, por isso, mesmo em caso de expulsão do meio de vida, ele vislumbrava a possibilidade de conseguir outra posse nas áreas de fronteira mais adiante, onde a frente de expansão estava se formando ou um lote comprado em parcelas de uma empresa imobiliária, como relata o entrevistado Kinji Tamura de 74 anos.

Quando a gente foi expulso da União, papai fez um arrendamento para plantar algodão. Ele arrendou 7 alqueires de terras de um fazendeiro chamado Antonio Lopes próximo da União para plantar algodão. No contrato papai pagou Cr\$ 500,00 no 1º ano (1946), Cr\$ 1.000,00 no 2º ano (1947) e Cr\$ 1500,00 no 3º ano, com a venda o algodão sobrou um pouquinho e em 1949 nós demos a entrada em um sítio de 20 alqueires em Santa Mercedes, mas como a terra lá era ruim, em 1952 papai vendeu lá e comprou este sítio aqui. (...) Aqui tem 8 alqueires só, mas a terra é melhor. (KINJI TAMURA, entrevista em 11/06/2009).

Dessa forma, o campesinato se recriava e se reproduzia no município de Dracena, onde houvesse possibilidade de acesso à terra. Ele iniciava, nesse processo de expropriação e luta pela permanência na terra, a produção de seu meio de vida para a manutenção do grupo familiar.

Considerações finais

Do ponto de vista geográfico, para pesquisar a os conflitos pela posse da terra e a questão agrária foi necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos, sem o qual não se podia

definir o território. Então, a partir da análise de Raffestin (1993) que afirma que o território só pode ser estabelecido a partir de relações de poder desenvolvidas no seu interior foi possível destacar o caráter político do mesmo.

Assim, na pesquisa constatou-se que o recorte territorial do município de Dracena tem sua gênese em um território maior denominado Nova Alta Paulista, construído a partir de um processo violento de grilagem de terras e expropriações nas áreas de contato entre as empresas colonizadoras com as frentes de expansão. Contudo, as investigações sobre as concessões de terras na região são dificultadas pelo problema de se chegar a demarcação do limite territorial das referidas terras, já que pela ausência de agrimensores na época, a delimitação da terra acontecia pelo uso de limites geográficos, onde se utilizava termos e palavras que mais confundia do que identificava a referida área. Além disso, é de se salientar que a região é carente de pesquisas sobre o assunto, uma vez que muitas fontes históricas foram queimadas em incêndios provocados em cartórios ou guardada por herdeiros dos atores que dificultam o acesso aos documentos.

Porém, apesar dos atores que se envolveram nas frentes, terem objetivos diferentes, a finalidade mercantil da terra fez com que estas fossem vendidas em pequenos lotes, dando a característica da estrutura fundiária ao município que ainda se baseia nas pequenas e médias propriedades e também abriu a possibilidade de territorialização camponesa, criando nas novas terras o modo de vida camponês. Portanto, segundo Martins (1996), havia nas fronteiras uma só terra, mas com dois significados segundo o interesse daqueles que se apropriavam dela: terra de negócio, para as empresas imobiliárias e colonizadoras; e terra de trabalho, para os posseiros e ex-colonos que viam na terra a sua liberdade dos padrões produtores de café das antigas zonas do leste, já que nelas iriam extrair a sua subsistência através do uso do trabalho familiar.

A questão dos conflitos ainda não está terminada, pois ainda vive nos relatos de famílias que perderam terras e ou sofreram pressão para abandoná-las, caso que se percebe nas narrativas contadas pelos mais idosos e na caricatura que esses personagens representam na região. Além do que, as histórias não esclarecidas aguçam a desconfiança e a busca por áreas onde os documentos podem ser irregulares e não representam a realidade da posse, podendo favorecer a invasão destas áreas por grupos de “sem terra” que ainda estão na busca de terras devolutas para requerer a posse junto ao Estado.

Notas

¹ Segundo Gil, a Nova Alta Paulista é uma sub-região composta por 24 municípios que recebe este nome por ser a última região a ser colonizada no extremo oeste da Alta Paulista, por isso “Nova” e uma alta quilometragem das antigas áreas de café, por isso “Alta” e “Paulista” derivado do nome da Cia Paulista de Estrada de Ferro, que cortou este trecho até o rio Paraná.

² Região ferroviária do Estado de São Paulo, situada entre o Rio Aguapeí e o Rio do Peixe, com aproximadamente 65 quilômetros de largura no sentido norte – sul e 250 quilômetros de comprimento no sentido leste – oeste, indo do município de Garça a leste até o município de Panorama a oeste, por onde passava o traçado do Tronco Oeste da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

³ Segundo o EDR de Presidente Prudente a Microrregião de Dracena é composta pelos municípios de Irapuru, Junqueirópolis, Dracena, Tupi Paulista, Santa Mercedes, Ouro Verde, Panorama, Pauliceia, Nova Guataporanga, São João do Pau D’alho e Monte Castelo.

⁴ Grande parte da população da frente de expansão continuaram a empregar-se no desbravamento de novas áreas, pois, não tendo a propriedade da terra, viam-se submetidos ao processo de consolidação do lugar em que estavam ficando cada vez mais à mercê do capital que se instaurava na antiga frente de expansão.

⁵ Na região da Nova Alta Paulista, os índios eram pertencentes ao povo Kaingang.

⁶ Para Monbeig, a condição jurídica das terras, num Brasil que havia sido domínio português, trazia sérios obstáculos à colonização. Juridicamente não existiam terras sem proprietários, portanto, terras livres (...) os pioneiros paulistas jamais puderam dispor de terras gratuitas: nada é mais estranho à faixa pioneira brasileira que a terra devoluta.

⁷ Denominação dada pelo Historiador Fernando Perli, para os caminhos que cruzaram o espigão Peixe-Aguapeí, entre as décadas de 1910 e 1940, constituindo-se em estradas que interligaram povoados e cidades das regiões Noroeste e Alta Sorocabana, ambas localizadas no Oeste do Estado de São Paulo e de suma importância no processo de colonização da Zona da Alta Paulista.

⁸ O córrego das Marrecas tem sua nascente a poucos metros do prédio atual da Prefeitura Municipal de Dracena, localizado no centro da cidade.

⁹ Pessoas que tomavam posse de extensos lotes de terras através de compra ou troca, para posteriormente, dividir estes lotes em propriedades menores que seriam vendidas aos camponeses.

¹⁰ Lei de Terras de 1850.

¹¹ Segundo Márcia M. M. Motta, o termo grilagem surgiu a partir de uma prática muito antiga de colocar um papel contendo um tipo de “comprovação” de propriedade dentro de uma gaveta junto com alguns grilos. O papel, após algumas semanas, passa a ter uma aparência envelhecida em razão dos dejetos daqueles insetos. Com este papel envelhecido pela ação dos grilos, a pessoa falsária visava comprovar a antiguidade de sua ocupação.

¹² Termo que se origina da palavra bugre, pelo qual ficaram conhecidos os indivíduos especializados em atacar e exterminar indígenas, também prestava serviços de proteção a viajantes, tropeiros e agrimensores quando necessitavam atravessar ou permanecer em territórios onde a presença indígena era frequente.

¹³ Segundo Leite, Antônio José de Gouveia requereu o registro paroquial de uma imensa gleba de terras, à qual dá o nome de Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, com uma área aproximada de 300.000 hectares de terras, abrangendo a margem direita do rio Paranapanema, subindo à margem esquerda do rio Paraná, sentido norte, e entrando para leste pelo vale de um rio denominado pelo proponente de rio Pirapó até chegar novamente ao rio Paranapanema. Porém, ainda nesse mesmo mês, José Theodoro de Souza requereu junto a paróquia de Botucatu semelhante registro paroquial de uma imensa área de terras, mais

extensa que a Pirapó-Santo Anastácio, pois tinha origem nas nascentes do rio do Turvo, nas proximidades da atual cidade de Bauru e Agudos, atingindo as margens do rio Paraná no oeste do Estado, que foi denominada pelo requerente como fazenda Boa Esperança do Aguapehy ou fazenda Rio do Peixe. A demarcação destas fazendas é considerado o marco para as primeiras investidas para a ocupação do espigão entre o rio do Peixe e o Aguapeí e parte do Pontal do Paranapanema.

¹⁴ Segundo Perli, a origem do nome desse povoado decorreu da "união" formada entre pequenos proprietários interessados em sustentar suas posses, mesmo com as pressões estabelecidas por grandes latifúndios, que comprimiam o povoado, como o latifúndio do Coronel Elisário Ramos, de grande mando político, suficiente para legitimar suas posses, além de Álvaro de Oliveira Junqueira e Victor Camargo Bodini, o primeiro ficou conhecido por fundar a Vila Junqueira, atual cidade de Junqueirópolis, enquanto o segundo por trancar estradas para impedir o sequestro de madeiras,

¹⁵ Para preservar a identidade do entrevistado foi usado um pseudônimo.

¹⁶ Entrevista concedida pelo ex-jagunço “Baiano Velho”, em 14/02/2008.

¹⁷ Tal tocaia foi confirmada por outras pessoas em conversas informais, onde todas inclusive o entrevistado afirmam que o fato foi denunciado pelos parentes da família emboscada somente três meses depois do acontecido. Este atraso ocorreu devido a dificuldade e demora para manter contatos, porém a investigação não foi a frente devido a existência de laços de amizades e trocas de favores entre o mandante da tocaia e o delegado da cidade de Dracena na época.

Referências

COBRA, Amador Nogueira. **Em um recanto do sertão paulista**. São Paulo: Hennes, 1923.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo**, Revista NERA, ano 7, nº 4, Presidente Prudente, 2004.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: LECH, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da Fronteira** – retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**. São Paulo: Vol. 08. Nº 01, Maio de 1996.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**, 2ª edição traduzida, Hucitec editora – Polis Editora. 1984.

MONTEIRO, C. A. de F. **A dinâmica climática e as chuvas do Estado de São Paulo**. Estudo em forma de Atlas. São Paulo. IGEOG / USP, 1973.

MONTEIRO LOBATO, José Bento. **“O Grilo”**. In: A Onda Verde. São Paulo: Brasiliense, 1948.

MOTTA, Márcia; PINEIRO, Theo Lobarinhas. **Voluntariado e universo rural: A grilagem como legado**. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2001

PERLI, Fernando. **Caminhos verticais e colonização da Zona da Alta Paulista**, revista Omnia, p. 39 – 45, FAI, 2006/2007

PERLI, Fernando. **História de Junqueirópolis**: Prefeitura Municipal de Junqueirópolis, 2000.

PERLI, Fernando. **História de Santa Mercedes**. Pref. Municipal de Santa Mercedes: mimeo, 1999

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

Recebido em 01/08/2011 Aceito para publicação em 14/01/2012.
